



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa de economia mista subordinada à Secretaria de Portos da Presidência da República e tem como objetivo a administração e exploração do Terminal Salineiro de Areia Branca, Porto de Natal e demais instalações portuárias localizadas no Estado do Rio Grande do Norte.

Em cumprimento ao Decreto nº 99.475, de 24.08.90, a CODERN passou a administrar os Portos de Cabedelo, Maceió e Recife, através do Convênio nº 004/90 - STN/DNTA, Aditivo nº 01/91, celebrado entre esta Companhia e o Ministério dos Transportes, tendo sido renovado o referido Convênio anualmente, mediante aditivos posteriores.

Com o advento do convênio nº 09 de 31-12-97, a União delegou ao Estado da Paraíba a administração e exploração do Porto de Cabedelo, cessando todas as responsabilidades da CODERN, para com o citado Porto.

Foi celebrado Convênio de Delegação nº 02/01, entre a União, com a interveniência da CODERN, e o Estado de Pernambuco, para a exploração do Porto Organizado do Recife, a partir de 01.06.01, cessando todas as responsabilidades da CODERN em relação ao Porto de Recife.

O Porto de Maceió permanece sob a administração da CODERN, conforme Convênio de Descentralização nº. SEP/001/2007-DC, celebrado entre a Secretaria de Portos - SEP e a CODERN, em 31.12.2007, tendo sido celebrado o 6º Termo Aditivo em 30.12.2014, com vigência até 31.12.2015.

2. APRESENTAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conjugadas com o CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Na Elaboração das demonstrações financeiras de 2012, a Companhia adotou a legislação societária introduzida pela Lei nº. 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Estas leis modificaram a Lei nº. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais(R\$ 1,00), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas unidade de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante

No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 365 dias. Acima desse prazo estão agrupadas no Ativo não Circulante - Realizável a Longo Prazo e Passivo não Circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179 , da Lei 6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

3.2 A Provisão Para Devedores Duvidosos

Compõem-se de créditos não liquidados e registrados a débito de Despesa, conforme disposto nos artigos 340 ao 343 do Regulamento do Imposto de Renda.

3.3 Estoque

Os estoques de materiais de consumo (Almoxarifado) são apresentados a custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado de acordo com o Artigo 13 do Decreto – Lei 1.598/77, Item II do Artigo 183 da Lei 6.404/79 e Artigo 232 do Decreto 1.041/94.

3.4 Ativo Imobilizado

O Imobilizado está demonstrado a custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, sendo composto dos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia de acordo com o Item IV do Artigo 179 da Lei 6.404/76 e suas alterações. As depreciações foram computadas pelo método linear levando-se em consideração a vida útil e econômica dos bens, dentro dos limites admitidos pela legislação do Imposto de Renda, Decreto 3000/99. Os critérios de avaliação do Imobilizado deverão ser revisados e ajustados periodicamente para fins de cálculo da depreciação, conforme artigo 1º § 3º, item II, da Lei 11.638/07.

3.5 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetários incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável;

3.6 Variação Monetária Passiva

Variações monetárias passivas – representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre os recursos transferidos pela União a título de crédito para aumento de capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673 /1998.

APRESENTAÇÃO ANALÍTICA DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE CONTAS

4. Contas a Receber

Composto por valores faturados no mês de dezembro, bem como, valores pendentes de liquidação referentes a exercícios anteriores, apresentando saldos em 31 de dezembro, assim especificado:

UNIDADE PORTUÁRIA	2014	2013
TERMINAL SALINEIRO AREIA BRANCA	R\$ 3.427.326,34	R\$ 1.847.526,15
PORTO DE NATAL	R\$ 1.984.536,26	R\$ 1.962.453,64
PORTO DE MACEIÓ	R\$ 2.243.414,37	R\$ 2.562.526,92
TOTAL	R\$ 7.655.276,97	R\$ 6.372.506,71

5. Devedores Diversos

DESCRIÇÃO	2014	2013
PORTOS CONVENIADOS	1.547.228	1.240.753
RATEIO CONFIS CONSAD GERENCIAS	3.749.341	3.183.399
BLOQUEIO JUDICIAL - ATESAB	562.149	562.149
OUTROS VALORES A RECEBER - MACEIÓ	121.821	111.829
OUTROS VALORES A RECEBER - SEDE	135.023	170.033
TOTAL DE DEVEDORES DIVERSOS	6.115.563	5.268.163

6. Imobilizado

O Saldo da conta Imobilizações em Curso é formado por bens em construção ou fabricação, que ao serem concluídos são transferidos para as contas específicas no Imobilizado Técnico.

DISCRIMINAÇÃO	2014	2013
BENS MOVEIS	102.109.049	59.621.214
EQUIP. NATUREZA INDUSTRIAL	89.215.643	47.730.588
EMBARCACOES	3.919.024	3.518.361
VEICULOS	584.308	487.308
MOVEIS E UTENSILIOS	1.136.133	995.571
INFORMATICA	525.963	385.832
MAQUINAS	1.541.167	743.960
MOTORES	9.725	9.725
APARELHOS	3.622.118	3.283.855
SIST. SEGURANCA (ISPS-CODE)	897.486	822.572
INSTALACOES	-	1.000.054
GALPÃO	334.400	334.400
OUTROS	323.083	308.987
(-) DEPRECIACAO DOS BENS MOVEIS	(46.635.536)	(41.343.487)
BENS IMOVEIS	392.438.028	203.255.258
IMOVEIS NATUREZA INDUSTRIAL	299.722.777	113.360.714
INSTALACOES	77.152.326	76.548.126
OBRAS DE ACESSO	3.550.143	3.323.555
PREDIOS	11.910.448	9.920.528
TERRENOS	102.335	102.335
(-) DEPRECIACAO DE BENS IMOVEIS	(103.788.960)	(96.148.429)
IMOBILIZACOES EM CURSO	227.069.116	426.545.523
BENS MOVEIS E IMOVEIS	227.069.116	426.545.523
TOTAL DO IMOBILIZADO LÍQUIDO	571.191.698	551.930.079

7. Férias a Pagar

Provisão destinada ao pagamento de férias e encargos sociais correspondentes ao valor de R\$ 2.283.500 tendo sido apropriadas em contas de provisão de despesas e custos operacionais de acordo com inciso I do Artigo 13, da Lei 9.249/95, alterado pelo o Artigo 14 da Lei 9.430/96.

8. Obrigações Fiscais e Trabalhistas

Estão compostas de impostos a recolher e parcelamento de dívidas, assim discriminadas.

DISCRIMINAÇÃO	2014	2013
Imp. Encargos a Recolher	16.766.120	14.228.277
Salário a Pagar	653	161.590
Autônomos - INSS	101.143	48.145
Parcelamento PORTUS RTSA	5.623.391	2.699.331
Parcelamento ISS	835.042	1.073.576
TOTAL	23.326.349	18.210.918

9. Depósitos e Consignações a Recolher

DISCRIMINAÇÃO	2014	2013
Valores de Terceiros	536.812	671.820
INSS	78.599	49.221
Contrib Ret Fonte a Recolher	<u>49.991</u>	<u>50.082</u>
TOTAL	665.402	771.123

10. Contas a Pagar

Composto pelo saldo de parcelamentos de dívidas com o PORTUS - Instituto de Previdência Privada, INSS - Previdência Social, ISS e Rateio do Porto de Maceió.

INSS	724.104	291.011
ISS	3.227.110	3.845.500
RATEIO - APMC	2.643.417	2.415.862
PARC. PIS/COFINS-APMC	630.024	-
TOTAL	16.810.401	26.567.047

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma das patrocinadoras do PORTUS Instituto de Seguridade Social, tendo sido apropriado no exercício de 2014, o montante de R\$ 2.190.661 referente às contribuições Participante/Patronal, sendo repassado ao PORTUS o total de R\$ 1.237.860,81.

No tocante à dívida da CODERN, permanece registrado no Balanço, em 31/12/14, o saldo remanescente de R\$ 1.764.657,45.

11. Provisões para Causas Trabalhistas

Compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, devidamente atualizados e registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 31.12.14, totalizou R\$ 983.503 (novecentos e oitenta e três mil, quinhentos e três reais). Consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

12. Provisões para Obrigações Cíveis

Corresponde a valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 31.12.2014, totalizou R\$ 4.152.584 (quatro milhões, cento e cinquenta e dois mil, quinhentos e oitenta e quatro reais). Consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

13. Provisão para contingências Tributárias

Corresponde a valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 31.12.2014 o montante de R\$ 19.126.185 (dezenove milhões, cento e vinte e seis mil, cento e oitenta e cinco reais), em obediência a NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

14. Outros Créditos da União

Compreende os recursos dos Convênios 268/2006- DNIT, Convênio 01/2008 e Convênio 009/2008 da Secretaria de Portos, destinados a obra de construção do Cais para contêineres do Porto de Maceió e Dragagem do Porto de Natal, cujo saldo em

31.12.2014, totalizou R\$ 64.228.937,18 (sessenta e quatro milhões, duzentos e vinte e oito mil, novecentos e trinta e sete reais e dezoito centavos).

15. Contingências Tributárias, Cíveis e Trabalhistas como Perda Remota e Possível.

A Companhia Docas do RN é parte ré em diversos processos de execução fiscal e trabalhista junto as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível e remota, cujo montante em 31.12.2014 somou R\$ 23.226.816,82, conforme relação encaminhada pela GERJUR, mediante memorando nº. 029/2015.

16. Patrimônio Líquido

16.1. Capital Social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 31 de dezembro de 2014 soma R\$ 421.954.513.

SALDO DO CAPITAL SOCIAL	2013	R\$ 418.018.726
Incorporação dos Créditos		R\$ 17.273.353
Compensação de Prejuízos		R\$ (13.337.566)
SALDO DO CAPITAL SOCIAL	2014	R\$ 421.954.513
AÇÕES (Quantidades)	2014	2013
Ordinárias Nominativas	82.832.561.687	79.441.680.276
Preferências Nominativas	82.832.561.687	79.441.680.276
TOTAL	165.665.123.374	158.883.360.552

16.2. Crédito para Aumento de Capital

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998, exceto quanto aos Créditos para Aumento de Capital do Porto de Maceió, no valor de R\$ 513.785.313(quinhetos e treze milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e treze reais), os quais não compõem o saldo para efeito de incorporação ao Capital Social da CODERN.

17. Prejuízos Acumulados

O Prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2014 compõe-se principalmente de despesas com encargos financeiros em decorrência da aplicação do disposto no art. 2º do decreto 2.673/98 sobre os créditos de acionistas, cujo valor dos encargos para este exercício de 2014, totalizou R\$ 54.661.474 (cinquenta e quatro milhões seiscentos e sessenta e um mil e quatrocentos e setenta e quatro reais).

18. Receita Operacional Líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

Receita Operacional Bruta	45.697.325,57
(-) Impostos sobre o serviço -ISS	(2.285.236)
(-) programa de Integ. Social - PIS	(759.081)
(-) Contribuição Financ. Seg. Social	(3.496.372)
Total	39.156.637,34

19. Receitas e Despesas Financeiras

São oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e outras receitas. As despesas financeiras são em grande parte, oriundas da provisão dos juros da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social, variação monetária sobre causas trabalhistas e juros decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento

de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 375, parágrafo único, do Decreto 3.000/99 - RIR.

20. Custos

Os custos de operação são compostos pelas contas abaixo:

CUSTOS	2014	2013
Pessoal e Encargos	16.421.320	15.215.669
Material de Operação	2.904.799	2.469.318
Material de Manutenção	419.477	349.008
Capatazias(Pessoal Supletivo)	1.393.859	1.065.982
Serviços de Manutenção e Reparos	645.219	505.239
Seerviços Prestados por Terceiros	10.944.028	10.549.750
Encargos Operacionais Diversos	786.821	216.480
Depreciação Direta	12.135.654	8.579.050
Total	45.651.177	38.950.496

21. Despesas Administrativas

As Despesas administrativas são compostas pelas contas abaixo:

Despesas Administrativas	2014	2013
Pessoal e Encargos	14.034.349	12.107.639
Material	523.208	408.867
Serviços Terceiros	9.059.768	6.602.934
Outros Encargos	138.893	332.885
Despesas Tributárias	1.593.208	1.135.386
Outras	483.831	288.936
Depreciação	146.950	127.897
Total	25.980.207	21.004.544

22. Despesas de Provisões Fiscais e Trabalhistas

As provisões são compostas pelas contas abaixo especificadas:

Provisões	2014	2013
Devedores Duvidosos	-	198.764
Causas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	5.507.527	4.179.802
Férias	1.579.146	1.520.330
Total	7.086.672	5.898.897

23. Receitas Patrimoniais

São relativas aos contratos de arrendamentos das áreas dos Portos de Natal/RN e Maceió/AL.

Receitas Patrimoniais	2014	2013
Alugueis	12.730.245	11.313.109
Total	12.730.245	11.313.109

24. Receitas Diversas

São relativas ao Reembolso de despesas do CONSAD/CONFIS/Gerencias pelo porto de Maceió. E Outras Receitas são relativas a venda de sucata.

Receitas Diversas	2014	2013
Outras Receitas	265.220	61.402
Reembolso de Despesas	789.769	702.952
Total	1.054.988	764.354

25. Remuneração dos Administradores e Empregados

Na forma do art. 6º do inciso IV, do anexo I, do Decreto nº 3.224, de 28 de outubro de 1999, os valores da maior e menor remuneração pagas aos administradores e empregados no exercício de 2013, foram os seguintes:

COMPONENTES	2014	2013
Administradores		
Menor	17.844	17.844
Maior	30.164	18.959
Empregados		
Menor	868	684
Maior	25.540	22.875
Salário Médio	3.095	2.915

26. Demonstração do Resultado Abrangente

A elaboração desta demonstração ocorreu em virtude de retificações ocasionadas por fatos contábeis, realizados em exercícios anteriores, que modificariam o resultado do exercício a que pertenciam. Tais fatos como: Serviços terceiros, contribuições e impostos, despesas com pessoal APMC e Recuperação de custos. Os ajustes compostos no Resultado Abrangente correspondem a Custos, bem como Anulação de Receitas e outras Despesas de exercícios anteriores, registrando um saldo em 31.12.2014, de R\$ 193.591 (Cento e Noventa e Três Mil e Quinhentos e Noventa e Um Reais). A conta mais representativa é a Despesa com Pessoal – APMC R\$ 224.607(Duzentos e Vinte e Quatro Mil e Seiscentos e Sete Reais).

EMERSON FERNANDES DANIEL JUNIOR

Diretor – Presidente

CPF Nº. 074.212.814-87

GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA DE FARIA

Diretor Administrativo Financeiro

CPF Nº. 027.880.164-17

HANNA YOUSEF EMILE SAFIEH

Diretor Técnico Comercial

CPF Nº. 037.959.854-04

FRANCISCO JOSEFRAN DE A. JUNIOR

Gerente de Recursos Financeiros

CPF 011.815.944-56

ANA MARIA DE SENA PATRÍCIO

Contadora CRC 3815/RN

CPF Nº 201.065.804-34